

Sem voto, Centrão não impõe sua Ordem Econômica

Faltou apenas um voto para que a Constituição derrubasse ontem o texto-base do Centrão que trata dos princípios gerais da Ordem Econômica e Financeira. Como o substitutivo do grupo teve 210 votos contra 279 e 27 abstenções, não atingindo a maioria absoluta para a sua aprovação ou rejeição, o plenário terá que repetir a votação hoje, às 16h30, para uma decisão final sobre a matéria, segundo prevê o Regimento Interno da Casa.

Caso o "Centrão" não consiga os 280 votos necessários para a aprovação da proposta, na sessão de hoje, será colocada em votação o projeto da Comissão de Sistematização que também terá que contar com o apoio da maioria absoluta do plenário para ser incluído na futura Constituição. Na hipótese da falta de número para a aprovação da proposição será criado, então, o chamado **buraco negro**, que forçaria uma negociação para uma nova redação da matéria.

Euforia

Após a votação de ontem, os progressistas comemoraram a não aprovação do substitutivo do "Centrão" no Capítulo I que trata dos princípios gerais, da intervenção do Estado, do regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica com gritos de "Brasil, Brasil", numa alusão à facilidade que a aprovação da proposta iria criar para as empresas estrangeiras no País.

Segundo o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), que encaminhou contra o substitutivo, a diferença entre a proposta do Centrão e o texto da Sistematização é que a primeira considera a livre iniciativa mais importante do que o

trabalho humano, ao contrário da segunda.

O enunciado do "Centrão", relativo ao primeiro parágrafo do Capítulo, começa com a seguinte frase: "A ordem econômica, fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano...". Já a redação da Sistematização diz que: "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa..."

"Acho que não são necessárias quaisquer outras considerações para comparar um texto ao do sentido ético e moral. Para o Centrão, a livre iniciativa é mais importante do que o trabalho humano, como se fosse possível haver livre iniciativa sem o trabalho humano", condenou Covas.

Novo texto

Em relação à representação do PMDB, Mário Covas pediu que sua bancada votasse de acordo com o que ficou decidido pela Convenção Nacional do partido, realizada em julho do ano passado, que determinou a seus parlamentares que adotassem uma definição de empresa nacional que garanta a sua condição de genuinamente brasileira e que contenha como elementos básicos: constituição e sede no País, controle de capital e decisório pertencentes a brasileiros ou pessoas físicas domiciliadas no País e tendo em vista o tratamento preferencial e diferencial que é dado às empresas nacionais na legislação. Este conceito é idêntico ao projeto da Sistematização e conflita com a proposta do "Centrão".

No encaminhamento de votação, o PCB, PC do B, PSB e PDT foram contra a proposta do "Centrão". Somente os líderes do PFL e do PDS colocaram-se a favor do substitutivo, enquanto o deputado Gastone Righi, do PTB, anunciou que sua bancada votaria pela abstenção a fim de propiciar a negociação de um novo texto.

Resultado surpreende plenário

Josemar Gonçalves

O Centrão tentou bancar o seu texto no capítulo dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, mas acabou derrotado por muitos de seus integrantes, que se abstiveram ou votaram contra para forçar uma negociação com os nacionalistas. Ninguém esperava que o grupo perdesse. O próprio senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, disse que ficou surpreso, pois sempre que há mais de 500 parlamentares no plenário e não se faz acordo o Centrão acaba levando.

Mas, na verdade, nem mesmo os articuladores do grupo como os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Basílio Vilani (PMDB-PR) se mostravam seguros da vitória antes da votação. Fiúza dizia que ia «botar o freio na rua» para ver no que dava e Basílio Vilani se enrolava nos números: afirmava que 305 parlamentares votariam com o grupo, mas na última hora essas contas poderiam mudar, pois muitos tinham decidido se abster.

Esse clima confuso deixou muito nervoso o deputado Ricardo Fiúza. Ele queria de qualquer forma que o texto do Centrão passasse para só depois negociar, garantia. Fiúza se movimentava pelo plenário tentando cabalar votos. Na entrada do plenário perguntou ao deputado José Maranhão (PMDB-PB) como ele ia votar. A resposta do deputado parabenizou-o por não votar aos dois textos para forçar uma negociação. Fiúza tentou argumentar que a negociação poderia vir depois. Maranhão não deu resposta e no painel eletrônico seu voto foi não.

Essa posição tomou força no plenário minutos antes da votação. Numa roda de parlamentares, os deputados Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), Jaime Santana (PFL-MA), Saulo Queiros (PFL-MS) e Lúcio Alcântara (PFL-CE) também diziam que votariam contra o Centrão e a Sistematização. A posição dominante no grupo era de que os dois textos eram muitos ruins. Votar contra os dois forçaria o «buraco negro» e com isso a negociação, que daria margem ao surgimento de uma proposta intermediária.

Derrota

Os votos da bancada do PTB, a maioria votou não — também

Telefonema impede a vitória

Josemar Gonçalves

Na hora da votação do substitutivo do Centrão ao título da Ordem Econômica, o deputado Humberto Souto, do PFL de Minas Gerais, estava ao telefone ao lado do plenário. Ele desligou e dirigiu-se ao posto avulso de votação. Antes de chegar lá, porém, o deputado Ulysses Guimarães declarou a votação encerrada. Souto, que segue a orientação do ministro Aureliano Chaves, votaria contra o Centrão: seria o voto 280, que rejeitaria em definitivo a proposta do Centrão.

Seu atraso, como também o do senador Ronan Tito, do PMDB de Minas Gerais, era lamentado pelos nacionalistas de todo o partido. Souto, que é tido como um parlamentar conservador, esclareceu que seu voto não significaria apoio às propostas aprovadas pela Sistematização: "são igualmente ruins. O que é bom é justamente o texto negociado, rejeitado intempestivamente por algumas lideranças do Centrão".



Souto: texto negociado



Aos gritos de "Brasil, Brasil...", progressistas e nacionalistas comemoraram



Carlos Sant'Anna e Fiúza (C), temor no Centrão



Cardoso Alves, desolado: não queriam negociar

Em jogo, a batalha do lobby

Sob a pressão de "lobbies" explícitos e implícitos de todos os tipos, alguns dos quais colidentes entre si, o Congresso Constituinte adiu, ontem, a decisão sobre a disputa em torno do conceito de empresa nacional, na futura Constituição brasileira. As posições defendidas pelo Centrão, consideradas menos nacionalistas, deixaram de ser derrotadas por apenas um voto. Muitos centristas votaram contra o grupo a que estão politicamente vinculados, para forçar, hoje, uma solução de entendimento, entre a proposta do Centrão e a da Comissão de Sistematização da Constituinte.

"O meu voto — comentava no plenário da Assembleia, o deputado Maluly Neto, do PFL de São Paulo, que pertence ao Centrão mas votou contra a proposta centrista — ninguém vai vender". Alguns constituintes, Maluly dizia que o "lobby" da emenda do Centrão, sobre empresa nacional, estava custeando a aprovação dessa matéria a peso de ouro.

Sondagem

No dia e na véspera da votação, diversos constituintes estiveram com ministros militares. Para sondá-los sobre o que pensavam a respeito do problema da empresa nacional. Um parlamentar do Centrão explicou que entre os interlocutores daqueles ministros estivera o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), centrista convicto. Na conversa de Cardoso com o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, este — segundo o informante — foi categórico: o Exército apoia o que for aprovado pela Assembleia.

Segundo o informante, a reação do ministro deixou o Centrão desarmado. O mesmo efeito, por sinal, foi registrado em consequência da manifestação do brigadeiro Camarinho, chefe do EMFA, a favor de uma decisão que preservasse os interesses das empresas nacionais.

Vinculação

No plenário da Constituinte, após a derrota do Centrão, Cardoso

Alves dizia que "existe certa vinculação efetiva entre as Forças Armadas e as esquerdas. Com esse comentário e mais a explicação de que se haviam juntado contra a emenda do Centrão, os "lobbies" da informática e da reserva de mercado, da química fina e das minadoras nacionais, Cardoso justificava a derrota dos centristas, sublinhando, ainda, que, "no Brasil, os capitalistas haviam dado mais força à corda com que as esquerdas os enforcariam".

Antes da votação, constituintes do chamado Bloco Parlamentar Nacionalista procuraram o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, para pedir-lhes apoio na luta contra o Centrão, no caso da definição de empresa nacional. Aureliano concordou com as teses nacionalistas do grupo e os constituintes do BPN saíram do encontro com o ministro convicto de que a emenda centrista seria derrotada.

Lobbies

Nos corredores do Congresso e à frente do edifício sede da Assembleia, representantes de vários "lobbies" trabalhavam em favor de suas teses.

Grupos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Petróleo da Bahia (STIEP), do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refino do Petróleo, na Bahia (Sindipetro), e da Sociedade de Trabalhadores aposentados da Petrobrás (Sotape) pafletavam em favor da defesa do monopólio estatal do petróleo.

Impedidos de ingressar no recinto das votações, por estarem sem gravata e não por não terem convites especiais, dezenas de garimpeiros faziam o mesmo, em favor da emenda da fusão (acordo entre contrários) apoiada pelas cooperativas e associações de garimpeiros de Rondônia, Serra Pelada, Ariquemes, Itaituba, São Félix do Xingu e Sindicato Nacional dos Garimpeiros.

Cópias de material publicado nos jornais de Brasília, em favor da empresa nacional e pelo "desenvolvimento com soberania" eram

distribuídas de mão em mão pela Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios (Assibril), dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), das Indústrias de Química Fina (Abifina), Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme), Associação de Empresas de Biotecnologia (Abrabi), Associação Latino-Americana das Indústrias Farmacêuticas (Alifar) e Associação de Distribuidores Brasileiros de Produtos de Laboratórios (Adislab). À frente do plenário da Constituinte, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, num grupo de empresários rurais, abordava constituintes de vários partidos, em favor das posições daquela entidade, no tocante à reforma agrária. Trabalho em sentido contrário era desenvolvido, simultaneamente, pelos representantes da CUT, Contag, Comissão Pastoral da Terra, junto aos líderes e dirigentes dos vários partidos na Assembleia.

Solidariedade

Por fim, embora aparentemente fora da pauta de votação da Ordem Econômica na Constituinte, tinham-se reunido, no Congresso, os governadores Waldir Pires (BA) e Fernando Collor de Melo (AL), com os prefeitos Dante de Oliveira (Campo Grande, MS) e Gilson Menezes (Diadema, SP), além de representante do ex-governador Leonel Brizola (Marcelo Alencar, do PDT do Rio); João Amazonas, presidente do PC do B; Jair Meneghelli, presidente da CUT; e José Dirceu, secretário-geral do PT, em favor da realização de eleições presidenciais diretas este ano. Quase todo o grupo solidizou-se com os movimentos em favor das empresas nacionais e das microempresas brasileiras. Quando se encaminhavam ao plenário, alguns integrantes daquele grupo se encontraram, no caminho, com adeptos dos donos de postos de derivados de petróleo e com vários centristas, que distribuíam adesivos com a inscrição: "Recessão, sai dessa Brasil". (R.A.L.).

Para Covas, maioria quer entendimento

Os 279 votos contrários a proposta do Centrão para o Capítulo I da Ordem Econômica demonstraram que a maioria dos constituintes deseja um texto negociado, que seja capaz de aprimorar o projeto aprovado pela Sistematização. Esta foi a análise feita pelo líder do PMDB, senador Mário Covas, logo após o resultado colhido ontem e que o colocou em posição privilegiada para conduzir os entendimentos. A sua maior dificuldade agora é convencer a esquerda de seu partido a participar das negociações.

Surpreendido pelo resultado, o líder do PMDB tomou a iniciativa do entendimento levado pela convocação de que, da mesma forma como o projeto do Centrão não conseguiu obter 280 votos favoráveis, o texto da Sistematização não obterá em plenário os votos de 280 constituintes.

Covas terá agora, de negociar um texto que agrade a maioria e, para alcançar este objetivo, tem dificuldades internas. Antes mesmo de deixar o plenário, a esquerda do PMDB iniciou as pressões contrárias às negociações. Como faltou apenas um voto para que o substitutivo do Centrão fosse derrotado, parcela do PMDB, auxiliada pelos partidos de "esquerda", quer que na votação de hoje, a liderança encaminhe novamente pela rejeição do texto do Centrão. Covas repele este caminho.

Grupo prevê derrota e busca acordo

A cúpula do Centrão fez uma reunião no restante da tarde de ontem e concluiu, segundo o deputado Dado Coimbra, que também na votação de hoje não haverá número suficiente para aprovar o texto do grupo, o que levou à busca do acordo, já em andamento com a liderança do PMDB na Constituinte. Para chegar a isso, foram analisados os resultados da votação de ontem, na qual 73 pessoas do Centrão votaram com as esquerdas, contra apenas duas adesões.

O Centrão constatou ainda que, do grupo, nove parlamentares estavam na cidade, alguns dentro do plenário, mas preferiram não participar da votação. São eles: Albério Filho, Carlos Alberto, Carrel Benevides, João Castelo, Leopoldo Peres, Roberto Jefferson, Roberto Torres e Vieira da Silva.

Três centristas estão doentes — Jessé Freire, Jorge Leite e Virgílio Távora. Mas, há oito deles cuja ausência ninguém sabe justificar: Felipe Cheide, Mário Bouchard, Júlio Campos, Mussa Demis, Albérico Cordeiro, Amílcar Moreira, Carlos Vinagre e Carlos Virgílio.

Nacionalistas se fortalecem para negociar

Uma ampla aliança unindo militares, empresários nacionais, vários ministros e as correntes nacionalistas da Constituinte praticamente implodiu ontem o Centrão no plenário, que amargou sua grande derrota justamente no título que motivou a sua formação — a Ordem Econômica. O mesmo esquema de mobilização bancado pelo grande empresariado, responsável por várias vitórias do Centrão, desta vez não funcionou: "De nada valerem os jatinhos e as casas no Lago", constatou o deputado e empresário Ronaldo César Coelho, que se absteve na votação. Desolado, o senador Roberto Campos desabafou: "O resultado foi surpreendente e ridículo".

O comando do Centrão encontrou, desta vez, um adversário preparado que se mobilizou até a última hora. Ontem, antes da votação, constituintes da Frente Parlamentar Nacionalista tiveram dois encontros que consideraram bastante gratificantes com os ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e com o almirante Paulo Camarinho, do EMFA. Nas duas conversas, foram estimulados a derrotar o substitutivo do Centrão. Mais do que isto: o próprio Centrão, como lamentava após a votação o deputado Roberto Cardoso Alves, rachou no plenário.

O comando do Centrão esperava ganhar sem qualquer entendimento nessa primeira votação para depois negociar os pontos polêmicos com maior café. Ocorreu o contrário. Após a votação, Luiz Roberto Ponte sentenciou: "Sem negociação não há saída".

Os setores do Centrão que optaram pelo confronto se enfraqueceram dentro do próprio movimento, o que poderá facilitar o entendimento na Constituinte nas questões mais polêmicas. O deputado Roberto Cardoso Alves, irritado e cético, continua a não acreditar nisso: "Se nós tivéssemos 279 votos, não negociaríamos. Duvido que eles queiram negociar". Já Ronaldo César Coelho está convencido de que haverá acordo: "Sem a arrogância do Centrão, que foi derrotada, tudo fica mais fácil".